

## **MOÇÃO DE REPÚDIO**

**Senhor Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH,**

Os membros integrantes deste D. Conselho, representantes dos segmentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas e dos Consórcios Intermunicipais, na pessoa dos titulares ora subscritos, apresentam para análise e ciência pelos demais membros do CNRH, a presente **MOÇÃO**, aos termos do Projeto de Lei nº 495/2017, em trâmite no Senado Federal.

Requem ainda, nos termos regimentais, após aprovação em Plenário, que seja elaborada e aprovada pelo CNRH, em exercício da competência legal, **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao referido Projeto de Lei, para encaminhamento ao **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, ao **SENADOR TASSO JEREISSATI**, autor do Projeto e, aos demais **SENADORES**, membros da referida Casa de Leis, que procederão à análise e a votação do mesmo.

Com fundamento nas Justificativas expostas adiante.

### **JUSTIFICATIVAS DE APRESENTAÇÃO**

Considerando, os termos do DECRETO Nº 4.613, DE 11 DE MARÇO DE 2003, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e, dispõe em seu artigo 1º que: *“O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, tem por competência: (...) V- analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos”;*

Considerando, o disposto no art. 1º da PORTARIA Nº 437, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2013, que aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos quanto à atribuição legal do CNRH para: *“VI - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos”;*

Considerando que, em seus fundamentos, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, preconiza que a gestão das águas deve ser descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;

Considerando que, é importante que os Projetos de Leis que propõem alterações às legislações pertinentes aos Recursos Hídricos e/ou à Política Nacional de Recursos Hídricos ponderem e afirmem, além

dos preceitos inseridos e preservados pelo legislador originário, a segurança jurídica ao cenário atual quanto à existência de legislação geral (de interesse comum) e, especialmente, o respeito à articulação e integração para o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, assegurando a gestão descentralizada.

Considerando, ainda, sobre a necessidade de discussão e avaliação dos Projetos de Leis em andamento, em especial, quanto aos reflexos e as interferências propostas pelas inovações previstas no Projeto de Lei nº 495/2017, ora objeto da presente MOÇÃO, pois o mesmo não apresenta um real aprimoramento dos anseios e princípios definidos na política nacional e assegurados pelo sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos.

Resolvem apresentar a seguinte Moção, com fundamento nos fatos a seguir expostos.

### **DOS FUNDAMENTOS DA MOÇÃO DE REPÚDIO**

Os membros das Câmaras Técnicas do CNRH dos segmentos dos Consórcios Intermunicipais e Comitês de Bacias Hidrográficas participantes do CNRH, vem externar, por meio da presente MOÇÃO, seu posicionamento contrário ao teor proposto no Projeto de Lei nº 495/2017, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera a Política Nacional de Recursos Hídricos para priorizar o uso múltiplo e a alocação mais eficiente dos recursos hídricos, bem como para criar os mercados de água

No âmbito do projeto proposto, os mercados de água seriam um instrumento para promover a alocação de água em momentos de seca e estiagens prolongadas entre os usuários possuidores de outorgas de direitos de uso de água.

Todavia, à luz do ordenamento jurídico estabelecido pela Política Nacional de Recursos Hídricos, princípios, objetivos e diretrizes, em consonância com a Carta Magna, verifica-se que a inclusão dos referidos “mercados de água”, reforça uma visão equivocada de gestão da água, tanto pelo legislador proponente, como muitas vezes, pelos entes federados: União, Estados e Municípios, os quais, na maioria das vezes, em detrimento à realização de investimentos em segurança hídrica, sem a adoção de medidas preventivas que garantam o permanente acesso aos recursos hídricos, desembolsam infundáveis quantias dos cofres públicos para solucionar prontamente as dificuldades e limitações de disponibilidade hídrica, em seguida, postergando e deixando o problema para os próximos gestores.

Segundo nota-se, ao contrário da realização de investimentos sérios, que buscam minimizar os impactos na captação e exploração dos recursos hídricos, visando a sua preservação e proteção, tem se revelado frequente ações imediatistas, que só amenizam momentaneamente os problemas, mas não os

resolvem, pois estão alicerçadas, em sua maioria, na busca cada vez mais distante de outras fontes de águas em bacias hidrográficas vizinhas, como também é previsto no Projeto de Lei em análise.

Acreditamos, pois, que a maneira mais eficiente e sustentável para lidar com a escassez de água nos momentos de seca e estiagem não sejam as políticas remediadas, como ora também propõe o Projeto de Lei em análise.

De outra parte, vale acrescentar que, nos termos da Lei nº 9.433/97, cujo teor o Projeto de Lei pretende alterar, há expressa afirmação em seu art. 1º, inciso I, que a água é um bem público. Tendo por base este texto legal, em interpretação literal, estaria comprovada a impossibilidade dessa negociação pretendida pelos “mercados de água”, mediante a cessão de direito de uso de recursos hídricos entre titulares de “outorgas” de recursos hídricos, pois não há qualquer direito pleno e absoluto, de natureza definitiva a ser negociado, há apenas uma concessão, autorização precária, temporária e revogável, de utilização daquele recurso hídrico para um determinado fim, avaliado como importante naquele momento e circunstância pelo órgão outorgante.

Segundo o doutrinador Édis Milaré (MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: A gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7. ed. Ver., atual. e reform. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011), além da lei como referência para afirmar a titularidade da água como bem público, a própria Constituição Federal é que define a água como bem público.

O Ilustre Professor José Affonso da Silva extrai seu posicionamento, também na Constituição, mas, mais ainda, de uma interpretação axiológica, ao afirmar que **“A água é um bem insuscetível de apropriação privada, por ser, como dissemos, indispensável à vida, ainda que na legislação e na doutrina se fale, frequentemente, em água de domínio particular e água de domínio público”**. (SILVA, José Affonso da. Direito ambiental constitucional. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2002).

Ainda, nesse sentido, José Affonso da Silva entende que a água é bem público, **insuscetível de apropriação privada**.

Com base na sucinta e precisa observação do referido autor, conclui-se, portanto, que, por ser de uso comum, a água, ainda que esteja em propriedade privada ou seja objeto de utilização por concessão de alguém, pode ser devidamente por este utilizada, mas **o uso** apenas, uma vez que precário, não lhe confere, sob nenhuma circunstância, a titularidade do bem.

Neste sentido, vale acrescentar, que o Professor Paulo Affonso Leme Machado aponta que: **“O Governo Federal e os Governos Estaduais, direta ou indiretamente, não podem tornar-se comerciantes de águas. A Lei 9.433/97 introduz o direito de cobrar pelo uso das águas, mas não instaura o direito de venda das águas”.** (MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2009)

E, nesse contexto, pois, a outorga de direito de uso de recursos hídricos, portanto, deve permanecer sendo apenas uma importante ferramenta jurídica de controle do uso racional dos recursos hídricos e não como um “bem particular” ou um direito de propriedade pleno e absoluto que o seu titular pudesse ceder e mercantilizar a quem melhor lhe convier.

Hoje sabemos perfeitamente que a água não é um bem infinito e sem valor, sendo necessário, portanto, que o poder Público normatize e fiscalize os usos dos recursos hídricos para que esses recursos fundamentais não sejam desperdiçados inutilmente.

A outorga visa a dar uma garantia quanto à disponibilidade de água, visto que este recurso é básico ao processo produtivo. Tem como função ratear a água disponível entre as demandas existentes ou potenciais, a fim de alcançar melhores resultados à sociedade, levando-se em conta os fatores econômico-industriais e a sustentabilidade socioambiental.

A Lei nº 9.433/97 enfatiza expressamente que a outorga dos direitos de usos de água não pode ficar na gestão privada, sendo que o instituo é de competência o Poder Público, que pode modificá-la a qualquer momento, de forma motivada para atender ao interesse público.

Além do mais, o referido Projeto não traz nenhum benefício para as pessoas físicas, em termos de garantia de acesso e segurança hídrica para todos, principalmente para as classes mais vulneráveis da sociedade e, habitualmente marginalizadas, que são as que mais sofrem com os reflexos provocados em momentos de escassez hídrica, como experimentado na região Sudeste do Brasil, nos anos de 2014 e 2015 e, constantemente experimentado pela região do interior do Nordeste.

Apesar de todos conhecermos a importância de se ter debatido e reconhecido “o real valor da água”, isso não deve ser confundido com a transformação de exploração de tal bem como se fosse uma atividade econômica.

Nesse sentido, portanto, estes segmentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Consórcios Intermunicipais, na qualidade de organismos paritariamente constituídos, suprapartidários e, representantes de diversos segmentos e interesses sociais, portanto, têm sempre mantido seus posicionamentos ativamente de acordo com a Declaração da Organização das Nações Unidas, quanto ao direito humano fundamental de acesso à água limpa e segura, assim como, ao direito de saneamento básico, igualmente tutelado pela nossa Política Nacional de Recursos Hídricos.

Acreditamos, que a política mais eficiente e sustentável para os diversos usos que fazemos da água, contemple ações e medidas preventivas que resultam em intervenções e investimentos voltados para a preservação e recuperação dos corpos hídricos, das nascentes de água, assim como das vegetações que as renovam.

Reforçamos, que esta deve ser a prioridade de todas as esferas e níveis de governos, isto é, admitirem e compreenderem que, o que é feito em termos de política de gestão preventiva e investimentos sustentáveis, refletem a nossa forma de “lidar” e “tratar da água” e, por consequência, estas atitudes também são responsáveis pelos momentos de “crises hídricas” e conflitos em situações estiagem e seca.

Motivo pelo qual, a proposta trazida no Projeto de Lei, quanto à negociação de água, apresentada como alternativa para dirimir os problemas decorrentes de eventual seca ou período de estiagem, alimenta apenas esse modelo frágil e equivocado de lidar com água e outros recursos da natureza.

Desta forma, com base nas justificativas expostas, solicitamos ao Senhor Presidente deste Conselho, para que seja promovido o encaminhamento ao Plenário do CNRH, visando a aprovação da presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao Projeto de Lei nº 495/2017, a fim de que seja analisada e encaminhada aos órgãos interessados como proposto, surtindo os efeitos almejados.

Ribeirão Preto, 17 de outubro de 2018.

**COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

**CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS**